

# Violência: reflexões marginais

**De: Slavoj Zizek**

*Violência: seis reflexões laterais.*

São Paulo: Boitempo, 2014.

**Por: David Moreno Montenegro**

Doutorando em Sociologia na Universidade Federal do Ceará (UFC) e mestre em Sociologia pela mesma instituição. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

Endereço eletrônico: davidmmontenegro@hotmail.com

Para aqueles mais familiarizados com as construções analíticas de Zizek, talvez não seja novidade os movimentos de seu pensamento para tratar de temas diversos. Contudo, nem sempre se mostra tarefa fácil acompanhar elaborações que problematizam os regimes políticos do leste europeu, os terrorismos e seus rebatimentos nas políticas de exceção baseadas no medo, as várias expressões contemporâneas de fundamentalismos (de matriz islâmica ou liberal), as mutações no campo da ideologia que dificultam o diagnóstico de um tempo e, conseqüentemente, a atuação efetiva dos movimentos contestatórios, passando pelos novos contornos do capitalismo e suas opressões.

Embora muitos desses áspers temas sejam tratados por meio do chiste, do humor, marcados por um discurso que transita com facilidade entre o erudito e o popular e em linguagem clara e provocativa, neles também há uma vasta gama de autores e teorias do campo das ciências humanas mobilizados; elementos do presente e do passado, além, é claro, de poderosa teoria hegeliana, pensamento lacaniano em movimento e em contato com as grandes questões do pós-estruturalismo francês, filosofia da linguagem anglo-saxônica, temperado com certa adesão crítica ao marxismo<sup>1</sup>.

Uma primeira advertência: para uma mais profunda compreensão dos desígnios da violência contemporânea, é necessário que nos livremos das críticas que buscam elementos externos para justificar práticas violentas inaceitáveis socialmente. A natureza paraláctica da violência exige que busquemos as respostas nos fenômenos analisados, na medida em que as práticas possam ser identificadas como subversões dos princípios e premissas defendidos, contradição que deve ser apontada em seus próprios termos, segundo Žizek. Faz-se necessário que nos livremos do efeito fascinante que sobre nós é exercido pelos eventos de violência “subjetiva” para que possamos dar um passo atrás, de modo que sejamos capazes de identificar “a violência que subjaz aos nossos próprios esforços que visam combater a violência e promover a tolerância” (p. 17).

Essas não são simples palavras, pois apontam para o tamanho do desafio proposto pelo autor nesta obra: desvendar a violência e seus desígnios a partir de uma investigação que ultrapasse seus contornos pictóricos, não se deixando seduzir pelos confortos retóricos e explicações fáceis. A seguir, destaco alguns pontos que considero relevantes no texto do filósofo esloveno, porém certo de que muitos aspectos foram deixados de fora desta resenha; uns por conveniência frente ao espaço limitado desta publicação, outros, certamente, devido às limitações deste pesquisador que impedem um maior alcance das questões levantadas e desenvolvidas pelo filósofo.

No primeiro capítulo – “Adagio ma non troppo e molto espressivo” –, Žizek inicia suas reflexões elaborando uma espécie de tipologia da violência que transcenda as análises detidas em seus aspectos mais visíveis. Essas formas mais epidérmicas de violência Žizek denomina *violência subjetiva*, por considerá-las expressões de violência física direta, “violência exercida por agentes sociais, indivíduos maléficos, aparelhos repressivos disciplinados e multidões fanáticas” (p. 25). Na sua interpretação, tais características tornam a violência subjetiva mais perceptível e capaz de mobilizar maior fascínio e afetos, em relação às suas formas de expressão na realidade social.

Segundo Zizek, entretanto, há formas mais sutis de coerção que acabam por sustentar relações de poder, dominação e exploração que não são auto evidentes e, muitas vezes, anunciam catástrofes que parecem “brotar do nada”, pegando de surpresa mesmo as almas delicadas e benevolentes que se opõem a toda forma de violência seja ela física e direta (extermínio em massa ou terror) ou ideológica (racismo, incitação ao ódio, discriminação sexual). A analogia proposta pelo autor é em relação ao movimento auto propulsivo incontrolável do capital em seu processo de circulação e reprodução, tão bem apresentado por Marx.

Do mesmo modo que essa força “abstrata” do capital manifesta sua dimensão material na determinação dos processos sociais sem que sejam condicionados pelas partes consideradas individualmente, essa forma de violência se apresenta como *sistêmica*, na medida em que “não pode ser atribuída a indivíduos concretos e às suas ‘más’ intenções, mas é puramente ‘objetiva’, sistêmica e anônima” (p. 26).

Em “Allegro moderato – adagio”, segundo capítulo, Zizek afirma que a forma predominante da política hoje é a *biopolítica pós-política*. A biopolítica, como dimensão que pretende o controle e regulação do bem-estar e segurança das vidas humanas, encontra abrigo numa concepção de pós-política que advoga o abandono das grandes questões e contendas ideológicas, em nome da gestão e administração especializada dos conflitos balizados em preceitos técnicos. Tal modo de gerir conflitos e demandas da sociedade de forma técnica e especializada, despolitizada e socialmente objetiva implica o arrefecimento das paixões próprias ao universo da política, desagregando e desfazendo laços necessários quando se trata de viabilizar processos que se pretendem coletivos.

É aqui que o medo aparece, para Zizek, como elemento fundamental constituinte das subjetividades humanas contemporâneas. Num mundo que abandonou as grandes causas em nome da administração asséptica, que decretou a falência das utopias e das ideologias, o medo aparece como sentimento capaz de “introduzir paixão e mobilizar ativamente as pessoas”, constituindo a biopolítica, em última instância, “uma política do medo que se centra na defesa contra o assédio ou a vitimização potenciais” (p. 45).

No capítulo 3 – “Andante ma non troppo e molto cantábile” –, o autor destaca que a tentativa de compreender os sentidos das ações que manifestam práticas violentas não raro inspira diversos analistas a buscar no passado eventos que funcionem como parâmetros, como uma espécie de *gramática cognitiva*, que pode apontar os fios que nos levem à gênese dos acontecimentos contemporâneos. Nesse sentido, a enorme explosão

de violência pública verificada nos subúrbios de Paris no outono de 2005, protagonizada por jovens manifestantes muitas vezes foi comparada com o maio de 68, ou mesmo com os saques em Nova Orleans após as destruições causadas pelo furacão Katrina que atingiu a cidade em 29 de agosto de 2005.

As comparações apenas revelam desafios ainda maiores para aqueles que buscam entender o que se passou na França no período recente. Ora, diz o autor, ao olharmos para maio de 68 podemos claramente vislumbrar uma revolta animada por uma visão utópica de mundo, fato que não pode sequer ser observado nas manifestações de 2005 na França; tampouco a comparação com os saques em Nova Orleans se mostra adequada, na medida em que os discursos que defendiam esta perspectiva visavam atacar a suposta causa das revoltas: o excesso de intervencionismo estatal que impediria o pleno desenvolvimento e aproveitamento das oportunidades geradas pelo mercado por parte dos imigrantes, o que geraria insatisfações.

Na interpretação do autor, o passo decisivo, porém, seria reconhecer que “os manifestantes que protestavam nos subúrbios de Paris não eram portadores de qualquer tipo de exigências concretas. Havia apenas uma exigência no *reconhecimento*, baseada num vago *ressentimento* inarticulado” (p. 70). Este é o ponto em que Zizek alerta para a necessidade de reflexão. É necessário, diz ele, analisar o fato de as manifestações não apresentarem nenhum programa, nenhuma perspectiva alternativa realista e se mostrarem como uma espécie de *explosão desprovida de qualquer sentido* como um importante sintoma da nossa atual situação político-ideológica.

Não se pode negar a coragem do movimento operado por Zizek, ao elaborar reflexões sobre determinadas questões a partir de abordagens que põem em cheque formas “consagradas”. Este procedimento analítico já foi tratado pelo autor em sua obra *Visão em paralaxe*<sup>2</sup>. Ali, partindo do reconhecimento de uma lacuna paraláctica intransponível – confronto entre dois pontos de vista intimamente ligados entre os quais não é possível haver nenhum fundamento neutro comum, marcado ainda pela impossibilidade de síntese e mediações –, o caminho da análise deve seguir os rastros deixados pela interação entre essas dimensões imanentes e ao mesmo tempo irreduzíveis.

Assim, no caso da paralaxe da política, trata-se de considerar a problemática à luz dos conflitos travados entre os atores antagônicos (luta de classes!) imersos numa realidade socioeconômica. É dessa forma que Zizek se propõe a pensar temas como os direitos humanos, os atuais desafios dos movimentos inscritos no campo da esquerda, as problemáticas envolvendo os regimes democráticos, a tolerância e sua relação com a questão da universalidade, os protestos e os *vazios* que neles se multiplicam.

Em *Presto*, 4º capítulo, Zizek transita no terreno movediço do debate sobre a tolerância apregoada pelo multiculturalismo. E é a partir de um acontecimento envolvendo charges publicadas por um jornal dinamarquês satirizando Maomé<sup>3</sup> e os desdobramentos violentos que se seguiram ao caso, que o filósofo propõe pensar sobre a tolerância e sua aura ideológica no cenário do mundo ultra globalizado.

Mobilizando Kant e sua noção de “antinomias da razão pura”, Zizek se empenha em demonstrar que o atual debate, confrontando as percepções liberais em defesa da tradição democrática e da liberdade de expressão, frente ao argumento das populações islâmicas que apontam num sentido de denúncia de xenofobia e desrespeito em relação aos símbolos sagrados religiosos que estruturam sua fé, mergulha numa verdadeira antinomia que não é possível de ser resolvida nos termos em que a questão é posta.

No Ocidente, a guerra ao terror, com seus requintes de perversidade contra as populações inocentes atingidas – ancorada na ideia de confrontar os atos de intolerância e violência perpetrados por indivíduos impulsionados por motivações religiosas – revela, aqui, os limites da tolerância multicultural. A questão que permanece é: até onde deve ir a tolerância à intolerância? Os protestos causados pelas caricaturas de Maomé nas comunidades muçulmanas demonstram que as crenças religiosas não podem ser desconsideradas, fato que traz à tona *os limites do desencantamento secular*.

Estariamos diante, então, dos limites da liberdade de expressão cultuada pelo Ocidente, muito embora as reações violentas muçulmanas sejam absolutamente inaceitáveis. Como saída deste imbróglio, Zizek propõe o resgate do ateísmo, traço que torna a experiência da Europa, em suas palavras, verdadeiramente singular, uma vez que se constitui na primeira civilização em que o ateísmo se mostra como opção plenamente legítima. Entretanto, assevera que “da mesma forma que o verdadeiro ateu não tem a menor necessidade de promover sua posição chocando o crente por meio de declarações blasfemas, recusa-se a reduzir o problema das caricaturas de Maomé a uma questão de respeito pelas crenças alheias” (p. 114).

Como forma de mudança de nossas mentalidades, ou seja, alteração de nossa posição subjetiva diante da questão, o autor considera que para além de uma postura condescendente em relação às crenças e ilusões alheias, bem como qualquer posição relativista frente a diferentes tentativas de imposição por quem quer que seja, de quaisquer “regimes de verdade”, o Islã e qualquer outra religião deveriam ser submetidos a uma respeitosa, porém não menos implacável crítica. Isso corresponde a dizer, em termos psicanalíticos, que todos devem se responsabilizar por suas crenças, por seus desejos e, da mesma forma, por suas ilusões.

No capítulo 5, intitulado “Molto Adagio – Andante”, Zizek continua a enfrentar a questão da tolerância, mas numa perspectiva de enquadrá-la num complexo cenário de alteração do quadro ideológico hegemônico. O que antes fora pensado e denunciado em diversos discursos como efeitos decorrentes da exploração, das desigualdades ou mesmo das injustiças parece ter se deslocado para o campo da intolerância, como se seu oposto pudesse redimir as civilizações contemporâneas para além da luta política radical com vistas à emancipação. O fato de a *tolerância*, portanto, surgir como se fosse o ato redentor *par excellence* das mazelas das sociedades caminha junto com um fenômeno que o autor denomina de *culturização da política*. Nesse sentido, diz ele, acreditar que a tolerância pode funcionar como o elo capaz de unir as diferentes culturas em torno de causas comuns é uma postura extremamente equivocada. Aqui, o filósofo recorre à sua noção de violência sistêmica, ou objetiva. Para compreender a noção liberal de tolerância, se faz necessário desvelar a violência que a sustenta. Para ficar em apenas um exemplo, Zizek destaca que na medida em que em nossas sociedades ainda prevalece uma divisão do trabalho segundo o gênero, que imprime, portanto, uma característica masculina nas categorias principais (autonomia, atividade pública, competição), o próprio liberalismo inscreve em sua gramática social a dominação masculina como legítima. Desse modo, o próprio liberalismo privilegia uma cultura específica: a do Ocidente moderno. Seguindo os rastros de Walter Benjamin, Zizek afirma que nossa resposta deve ser nos seguintes termos: *da culturização da política à politização da cultura!*

No 6º capítulo – “Allegro” –, Zizek se volta para um enigmático texto escrito por Walter Benjamin, em 1921, intitulado “Sobre a crítica do poder como violência”, estabelece um profundo diálogo com o autor e resgata o conceito de “violência divina”. Para Benjamin, direito e justiça são conceitos que tornam possível situar o debate sobre os desígnios da violência, na medida em que esta somente se materializa na sociedade quando algum ato ou ação interfere em relações de ordem ética.

Não por outro motivo, ao se falar em Direito, é imprescindível remeter a reflexão à condição elementar de todo e qualquer ordenamento jurídico: os meios e os fins. Quando se trata de explorar as formas de manifestação da violência, é somente no âmbito dos meios, e não dos fins, que se considera viável a pesquisa. Faz-se necessária, assim, uma investigação sobre os critérios de legitimidade de certos meios para, desse modo, desencavar aspectos que integrem a arquitetura da constituição do poder.

Na busca por compreender as implicações e consequências para a “essência do poder” – devido às variadas formas e sentidos que a violência

assume, que somente podem se tornar inteligíveis em função de suas manifestações axiomáticas, portanto, em função de seu valor –, Benjamin destaca a necessidade de encontrar um ponto de vista que esteja fora da abrangência restritiva das duas escolas jurídicas (Direito Natural e Direito Positivo), propondo, para tanto, uma investigação que percorra os caminhos da *Filosofia da História*. É neste rastro que Benjamin desenvolveu duas noções que se contrapõem: violência mítica e violência divina.

Segundo Žizek, o conceito de violência divina em Benjamin nada tem a ver com qualquer ação em nome de Deus ou fundamentalismo religioso; não pode ser concebido como exercício da soberania do Estado que representa a exceção que funda o direito; tampouco pode ser confundido com a “violência pura”, como explosão anárquica.

Assim, enquanto a *violência mítica* é uma forma de garantir o exercício do poder e a instauração da ordem social legal, pertencente à ordem do *Ser*, a *violência divina* pertence à ordem do *acontecimento*, impossível de ser identificável a partir de “critérios objetivos”, pois “é simplesmente o signo da injustiça do mundo, de um mundo eticamente desarticulado” (p. 156).

**NOTAS**

1 Devo esta observação a Christian Dunker, expressa em artigo intitulado “Zizek: um pensador e suas sombras”. Ver: DUNKER, Christian (org.), *Zizek crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo*. São Paulo: Hacker editores, 2005.

2 ZIZEK, Slavoj. *A visão em paralaxe*. São Paulo: Boitempo, 2008.

3 Aqui, é impossível não fazer um paralelo com os acontecimentos decorrentes das charges publicadas pelo jornal francês, *Charlie Hebdo*, fato que, além de haver causado a revolta dos adeptos das religiões islâmicas, motivou um suposto atentado terrorista que vitimou, em 07 de janeiro de 2015, os cartunistas que trabalhavam naquele periódico.

---

*Recebida para publicação em dezembro/2015. Aceita em janeiro/2016.*